



*Merilda*, Lewis Hine (1874-1940), Massachusetts, EUA, 1911.

E N T R E V I S T A

## A bem da verdade:

**Entrevista com Sr. Claudio Lemos Fonteles**  
**Atual Coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV)**

In truth: an interview with Claudio Lemos Fonteles – Current coordinator of the National Commission of Truth (CNV)

**Monica de Jesus Cesar**  
**Ana Inês Simões Cardoso de Melo\*\***

Há décadas brasileiros buscam respostas para uma questão histórica relacionada à ditadura militar e sempre negligenciada pelos governos após o processo de redemocratização do país. Familiares das vítimas da dura e violenta repressão política e representantes de organizações e movimentos que tentam resgatar a história recente do Brasil pautam e acompanham o trabalho da chamada “Comissão da Verdade” que se propõe a contribuir com essas necessárias respostas à sociedade brasileira.

Criada pela Lei 12528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em maio de 2012 com a finalidade de apurar as graves violações de Direitos Humanos, praticadas por agentes públicos e ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. A Comissão se constitui, assim, como o espaço político que poderá trazer à tona o que de fato ocorreu com vários brasileiros que desapareceram e perderam a vida lutando contra a ditadura.

---

\* Graduado e mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Foi Procurador-Geral da República (2003-2005). No Ministério Público Federal, coordenou a área criminal e a Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos. Foi professor de Direito e hoje é professor de Teologia. *Correspondência*: Comissão Nacional da Verdade – Centro Cultural Banco do Brasil – Portaria 3 – 2o. andar – SCES, Trecho 2, Lote 22 – Brasília / DF – CEP 70200-002. E-mail: <claudio.fonteles@yahoo.com.br>.

\*\* A entrevista foi elaborada e realizada em novembro de 2012, virtualmente e por escrito, pelas Profas. Dras. Monica de Jesus Cesar e Ana Inês Simões Cardoso de Melo, ambas integrantes da Equipe Editorial da revista “*Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*” e docentes da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). *Correspondência*: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala: 8017. Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: <mojcesar@gmail.com>; <iness@infolink.com.br>.

Mesmo sendo considerada uma iniciativa tardia no Brasil – se comparada com as experiências de outros países da América Latina que há mais tempo vêm enfrentando a questão –, a expectativa é a de que as histórias da ditadura militar brasileira, da sua política de repressão e de terrorismo de Estado sejam apuradas. E que voltem a ser contadas a partir do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, das comissões estaduais e dos comitês da sociedade empenhados com o resgate da memória daquele período e com a defesa da democracia.

Para expor o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) convidamos seu atual coordenador, o Sr. Claudio Lemos Fonteles, graduado e mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e com extenso exercício no magistério. Sua vasta experiência inclui a atuação como Procurador-Geral da República (2003-2005), onde coordenou a área criminal (1991) e a antiga Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos (1987) na qual lutou pela demarcação de terras indígenas. Atualmente, atua como voluntário em projetos de assistência a populações carentes e dependentes químicos. É professor de doutrina social da igreja no curso de Teologia da Arquidiocese de Brasília.

Nesta entrevista o leitor encontrará um conjunto de informações sobre a Comissão Nacional da Verdade que enfoca não só o desenvolvimento de suas atividades de investigação dos crimes contra a humanidade, mas também os dilemas e desafios que o país enfrenta e ainda enfrentará para julgar e punir efetivamente os seus responsáveis e algozes.

**Em Pauta:** A finalidade da Comissão Nacional da Verdade (CNV) é a de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas” no período compreendido entre setembro de 1946 e outubro de 1988. (BRASIL, 2011). Como a Comissão pretende atingir essa finalidade?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** Certo que a missão da CNV está no esclarecimento circunstanciado das graves violações cometidas pelos agentes públicos do Estado ditatorial militar, fundamentalmente consumadas no período de 1964 a 1985. Contudo, é sua missão também apresentar à so-

cidade brasileira e aos poderes constituídos recomendações, objetivas e claras, objetivando que a experiência ditatorial nunca mais aconteça em nosso país, daí porque ser imperativo que tenhamos, todas e todos, rede permanente protetiva da democracia. A tanto atingir, não cessamos de percorrer as várias unidades da federação brasileira, estimulando a criação de comissões e comitês congêneres, além de, no meu caso, e em nome pessoal, ter aberto canal direto de comunicação, valendo-me do site da CNV – <<http://www.cnv.gov.br/>> –, onde o leitor poderá conhecer vários textos, justamente produzidos dentro dos propósitos da Comissão e igualmente abertos às críticas e sugestões de todas e de todos.

**EP:** Ao instalar a Comissão, a presidenta Dilma destacou que o Brasil precisa conhecer a totalidade de sua história e disse que as investigações não serão movidas pelo ódio ou revanchismo. Ela afirmou que “a ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantém latente mágoas e rancores”. (BRASIL, 2012). No caso da Comissão identificar um torturador, por exemplo, quais medidas serão tomadas?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** A Comissão, por determinação da lei que a criou, não tem tarefas judiciais ou persecutórias. A produção documental de tudo que realizar fica aberta a conhecimento e utilização públicas por parte de quem quer que seja: pessoas e instituições da própria sociedade brasileira.

**EP:** De acordo com o livro-documento “Direito à Memória e à Verdade”, elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pelo Estado brasileiro, foram computados ao final de suas investigações, aproximadamente, “uma centena e meia de desaparecidos políticos. Muitos deles foram vistos em dependências policiais por outros presos [...]. De outros não se têm notícias, nem das suas passagens por prisões. [...] Seus últimos contatos foram com companheiros de suas organizações. Depois, sumiram. Nunca mais foram vistos”. (BRASIL, 2007, p.48-49). Como a Comissão age para desvendar os casos de desaparecidos políticos?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** A Comissão concentra-se, essencialmente, em duas grandes linhas de investigação: a da formação da prova documental – e aqui de grande valia tem sido a pesquisa regular nos arquivos públicos, destacadamente o Arquivo Nacional, executada por membros e equipes de consultores e assessores da CNV – e a da formação da coleta de depoimentos e testemunhos.

**EP:** A Comissão não julga a responsabilidade de agentes estatais em mortes, torturas e desaparecimentos durante a ditadura. Este limite está relacionado com a preservação da validade da anistia para ex-agentes do regime acusados de torturar presos políticos. Os representantes das vítimas dizem que

esta contradição prejudica a eficácia da Comissão. Como o senhor avalia esta questão?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** Não, não há prejuízo neste sentido, e considero que a resposta que apresentei ao quesito 2, acima, bem clareia esta indagação.

**EP:** De fato, distintas polêmicas foram e são expressas publicamente em relação aos limites e possibilidades de atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), inclusive em termos de convergência ou não das iniciativas tomadas pelo Estado nacional e internamente (válido também para outros países na apuração dos fatos ditatoriais) e o direito internacional. Em seu entendimento, quais são as polêmicas que persistem e como isto tem impactado o trabalho da Comissão?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** A polêmica é ingrediente necessário da vivência democrática. Não nos devemos furtar de, abertamente, expormos nossas idéias, vê-las confrontadas e incessantemente dialogarmos. Assim vamos criando e enraizando a democracia. Registro a presença de polêmica de que tenho me valido para esclarecer ponto de relevo: diz respeito à crítica que nos é posta de não apurarmos “os dois lados”. Na verdade, não há dois lados. Nos exatos termos da Exposição de Motivos da lei que criou a CNV, a CNV encerra ciclo que se inicia quando, em 1995, com a edição da Lei 9140, ficou reconhecido pelo Parlamento brasileiro, com a chancela da Presidência da República, que o Estado brasileiro cometeu graves violações dos direitos humanos, por seus *agentes públicos*. Ora, seus *agentes públicos* foram servidores militares e policiais, que desonrando as relevantes instituições que serviam, torturaram, fizeram desaparecer, mataram os opositores políticos ao sistema ditatorial. Essa é a missão que a lei nos manda realizar e, não nos esqueçamos jamais, a democracia é o primado da observância da lei, do ordenamento jurídico legal e legitimamente produzido.

**EP:** Entre as principais críticas à Comissão está o tempo curto para avaliar o período de 42 anos. O prazo de 2 (dois) anos é suficiente para a conclusão dos trabalhos da Comissão?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** Considero que a CNV não é fim em si mesma, mas instrumento eficaz de motivação à participação popular, da sociedade brasileira, insisto, na cotidiana formação protetiva da permanente democracia. Por esta linha de compreensão, o biênio é prazo justo a que realizemos nosso objetivo. Nós encerramos, então, nossos trabalhos, mas comissões e comitês da sociedade e das instituições oficiais não devem encerrar sua missão, que há de ser perene.

**EP:** O Plano de Trabalho da Comissão subdivide suas atividades em sub-comissões e distribui tarefas de pesquisa e investigação por grupos temáticos voltados a segmentos específicos como, por exemplo, do Araguaia, da Ope-

ração Condor, da Luta pela Terra e etc. Esse modo de organização tem facilitado o trabalho da Comissão? Em sua opinião, tem havido avanços no trabalho da Comissão?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** Sim, esse modo de divisão de tarefas, mas que não permanecem estanques, antes há contínua troca de informações entre os grupos, revela-se positivo.

**EP:** Durante a primeira reunião da Comissão com as organizações da sociedade civil, em julho desse ano de 2012, a Comissão Nacional da Verdade recebeu requerimentos, informações, documentos e sugestões para que sejam incorporadas ao trabalho de investigação histórica em curso até 2014. Como o trabalho da CNV se articula com as comissões estaduais e com as organizações da sociedade civil?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** Creio que no contexto das respostas até aqui dadas já respondi a essa indagação. Cabendo o registro, realizamos parcerias concretas com as demais comissões de sorte que o fluxo de informações de que necessitem aconteça, celeremente.

**EP:** Recentemente a Comissão Nacional da Verdade enviou ofícios a 81 universidades públicas de todo o país, requisitando aos reitores destas instituições que apresentem, num prazo de 60 dias, informações a respeito de professores, funcionários e servidores que tenham sido “cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política”, no período de 1964 a 1985. O que vai ser feito pela Comissão a partir desse levantamento?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** De par com o esclarecimento concreto dessas situações, na ótica das Recomendações a que aqui já aludi, a CNV delibera, a propósito.

**EP:** Recentemente o senhor foi eleito para assumir a coordenação da Comissão Nacional da Verdade. Quais os principais desafios que a sua Coordenação pretende enfrentar na condução da Comissão até a conclusão dos trabalhos em 2014?

**Claudio Lemos Fonteles (CNV):** Meu período como coordenador é de três meses. Assim o deliberamos para que todos os 7 ( sete ) membros, em democrática experiência colegiada, possam assumir esta função. Os desafios estão em não se deixar abater pelo desânimo, exercitar a paciência e manter-se como simples instrumento de missão, que é de todos nós. Ficaria extremamente feliz que leitoras e leitores desta publicação, de alguma forma, bem concreta, assumissem, no âmbito das respectivas atuações, o compromisso perene e permanente de defesa da democracia.

## Referências

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.528. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Diário Oficial da União*, 18 nov. 2011, edição extra. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *A instalação da Comissão Nacional da Verdade*, 16 maio 2012. Vídeo: presidenta Dilma empossa integrantes da Comissão da Verdade. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/video-dilma-instala-a-comissao-da-verdade/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). *Direito à verdade e à memória*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.